



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL**

PORTARIA PR/RS Nº 869, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2016

Designar, no âmbito de atuação da PR/RS, a Comissão de Recebimento dos Equipamentos de CFTV adquiridos através da ARP nº 13/2016, Pregão nº 21/2016.

A PROCURADORA-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, designada pela Portaria PGR nº 786, de 29 de setembro de 2015, no exercício de suas atribuições legais de acordo com a competência estabelecida no Regimento Interno do Ministério Público Federal (Portaria PGR nº 357/2015), e em atendimento ao disposto nas Leis nº 8.666/93 e 10.520/02, e ainda considerando a Portaria SG/MPF nº 110, de 6 de fevereiro de 2015, publicada no Boletim de Serviço do MPF nº 26, de 06 de fevereiro de 2015, e suas alterações na Portaria SG/MPF nº 368, de 27 de abril de 2015, publicada no Boletim de Serviço do MPF nº 76, de 28 de abril de 2015, resolve:

Art. 1º Designar os servidores ANTÔNIO CELSO RIBEIRO (matrícula 2707), LUIZ AFONSO ROBALLO MARIANO (matrícula 3392) e WAGNER FERREIRA VALLES (matrícula 16813), servidores efetivos do MPU, e ainda ANDRÉ LUIS WOLOSZYN (matrícula 25652), sob a presidência do primeiro, para constituírem a Comissão de Recebimento dos Equipamentos adquiridos através do Pregão nº 21/2016, necessários à instalação do sistema de monitoramento por câmeras de TV nas Procuradorias nos municípios de Canoas, Capão da Canoa, Passo Fundo, Santa do Livramento, Uruguaiana e futuras instalações que possam surgir durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços nº 13/2016 em unidades do RS.

Art. 2º Determinar que nos impedimentos do presidente, a substituição caberá ao servidor LUIZ AFONSO ROBALLO MARIANO.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Ministério Público Federal

Art. 4º Publique-se no próximo Boletim de Serviço do MPF, devendo a respectiva publicação ser futuramente anexada ao original arquivado.

PATRÍCIA NÚÑEZ WEBER

Publicada no DMPF-e, Brasília, DF, 11 jan. 2017. Caderno Administrativo, p. 35-36.

MPF
Ministério Público Federal